



Dívida global das autarquias dos Açores diminuiu no último ano

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses aponta uma redução da dívida das autarquias em 14,2 por cento

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianooriental.pt

Durante o último ano as dívidas dos municípios açorianos recuaram 14,2 por cento, segundo os dados revelados ontem no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresentado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Os dados financeiros foram divulgados durante a conferência "A política, os políticos e a gestão dos dinheiros públicos", promovida pela OTOC, e revelam que os 19 municípios dos Açores conseguiram reduzir a dívida de 205 milhões de euros para 175,9 milhões de euros no final de 2013.

A descida do valor da dívida das autarquias nos Açores representou uma percentagem mais elevada se comparada com a média nacional, onde o valor da dívida apenas desceu 5,3 por cento.

Nos Açores, a dívida de curto prazo diminuiu de 39 para 29 milhões de euros, enquanto a dívida de médio e longo prazo desceu de 166 para 147 milhões.

O coordenador do anuário, João Carvalho, professor da escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, salientou que a dívida dos municípios açorianos está a descer desde 2009, onde atingiu o



Domingues de Azevedo e Isabel Rodrigues valorizam a transparência das contas

valor máximo de 253,6 milhões de euros.

Apesar da descida da dívida nos municípios o anuário aponta uma subida da dívida das empresas municipais, em 5,9 por cento, durante o último ano, estando atualmente nos 76,8 milhões de euros.

"Se houvesse alguma recomendação seria para o setor empresarial, porque os municípios estão a cumprir com a redução da dívida, mas o setor empresarial está a demonstrar maior dificuldade em cumprir com esta necessidade de reduzir a dívida glo-

bal", frisou o professor João Carvalho.

A dívida global dos municípios açorianos, incluindo o valor das empresas municipais e serviços municipalizados, situa-se nos 255,4 milhões de euros, sendo que em 2012 o valor era de 277,9 milhões de euros. A dívida do setor empresarial municipal nos Açores representa 30 por cento do valor global das dívidas dos municípios, enquanto a nível nacional a dívida das empresas municipais apenas representa 15 por cento do valor global.

A maioria das receitas dos muni-

EDUARDO RESENDES



Conferência foi organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

cípios provêm das transferências do Estado, que representam 65 por cento das receitas, seguindo-se a cobrança de taxas municipais como o IMI, IMT, IUC e Derrama, que representam 19 por cento. O recurso a empréstimos bancários é uma ter-

O único sinal de alerta apresentado para os Açores foi o aumento da dívidas as empresas municipais

ceira via de financiamento dos municípios, que representou 13 milhões de euros em 2013, segundo os dados divulgados pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

Durante a conferência o administrador da Associação de Municípios dos Açores (AMRRA), Nuno

Martins, sublinhou que "o Estado Central deverá definir efetivamente se pretende gestão ou governação", porque aquilo que exige dos políticos é que sejam "mais gestores do que políticos. Exigem equilíbrio nas contas públicas, que é fundamental, mas não exigem a essência da política que é o bem estar das populações".

José Manuel Bolieiro, presidente da Câmara Municipal da Ponta Delgada, destacou que decidiu promover um orçamento participativo para recolher a opinião dos municípios sobre a forma como se realizam os investimentos municipais. Também destacou o reforço de deverbas para as juntas de freguesia, que estão mais perto dos cidadãos e podem encontrar soluções mais rentáveis para os problemas apresentados.

"Esta é uma forma de garantir uma maior proximidade do poder local com o eleitor", sublinhou. ♦

EDUARDO RESENDES

EDUARDO RESENDES



Ricardo Rodrigues (ao centro) defendeu a necessidade de ser revisto o valor da taxa do IMI para as famílias

Receitas do IMI subiram 48 por cento para as autarquias

Uma das principais fontes de receitas dos municípios é o pagamento do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) que passou de 11,8 milhões para 17,5 milhões de euros (mais 48 por cento).

“Foi o maior aumento deste tipo de imposto a nível nacional”, sublinhou o coordenador do anuário, João Carvalho

Também se registou uma subida no Imposto Único de Circulação de 3,8 para 4,9 milhões de euros, entre 2012 e 2013, nos Açores.

Ao contrário as receitas com o pagamento do Imposto Municipal de Transmissões e o Derrama registou uma redução das receitas para os municípios açorianos.

Ricardo Rodrigues, presidente da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM), considera que deverá ser efetuado um esfor-

ço nacional para reduzir o valor da taxa do IMI.

“Houve um aumento exponencial do IMI, que resulta da lei, porque temos autarquias sobre-endividadas que foram obrigadas a aplicar a taxa

Ricardo Rodrigues defende redução do IMI para valores compatíveis com os rendimentos das famílias

máxima do IMI. Penso que não haveria a necessidade de aplicar esta taxa máxima de IMI. Tenho efetuado todos os esforços políticos para evidenciar que não havia a necessidade de cobrar a taxa máxima de IMI e espero que os meus argu-

mentos sejam atendidos”, destacou o autarca de Vila Franca do Campo.

Ricardo Rodrigues defende que a taxa de IMI deverá ser revista para valores “compatíveis com os rendimentos das famílias, porque se juntou a reavaliação do património e o aumento da taxa do IMI para as autarquias sobre-endividadas”.

Ricardo Rodrigues mostrou-se satisfeito com os resultados da avaliação da situação financeira dos municípios dos Açores.

“Qualquer que seja a perspetiva que se analisem as contas das autarquias de São Miguel, ou dos Açores, em comparação com as autarquias nacionais verifica-se um menor prazo médio de pagamento e uma redução do endividamento. Temos muitos pontos que nos colocam num patamar positivo”, destacou. ♦

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas valoriza transparência

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, sublinhou que a apresentação do Anuário dos Municípios, pretende apresentar a forma como o município onde residem gasta o dinheiro. “Às vezes é mais cómodo não saberem das coisas. Quem é ignorante não sente nenhuma necessidade de saber. Só aqueles que sabem, e querem saber mais, é que sentem a

necessidade do saber. Antigamente em Portugal os impostos era uma espécie de tabu”, frisa. Isabel Rodrigues, secretária regional Adjunta da Presidência, destacou que “a lei tem evoluindo para haver um maior controle da atividade pública para prevenir abusos, exageros e até ilegalidades”, destacando a missão da OTOC e Órgãos de Comunicação Social na fiscalização dos órgãos governativos.